

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2010/2011

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SP008463/2010
DATA DE REGISTRO NO MTE: 19/08/2010
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR046343/2010
NÚMERO DO PROCESSO: 47998.005985/2010-28
DATA DO PROTOCOLO: 18/08/2010

Confira a autenticidade no endereço <http://www.mte.gov.br/mediador>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO DE CAMPINAS (SITAC), CNPJ n. 46.070.678/0001-41, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MELQUIADES DE ARAUJO;

E

MOGIANA ALIMENTOS LTDA, CNPJ n. 45.710.423/0001-33, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). JOSE RICARDO COSTA;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 16 de julho de 2010 a 15 de julho de 2011 e a data-base da categoria em 1º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **dos trabalhadores nas indústrias de alimentação**, com abrangência territorial em **Campinas/SP**.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS**COMPENSAÇÃO DE JORNADA****CLÁUSULA TERCEIRA - DO BANCO DE HORAS**

O objeto do presente ACORDO, além da validação da jornada de trabalho semanal constantes na cláusula 5ª é a viabilização do sistema de compensação de horas denominado "BANCO DE HORAS", sistema pelo qual, eventuais horas suplementares ou diminuídas à jornada de trabalho, serão compensadas mediante as seguintes condições:

a) As horas excedentes à jornada contratual serão apontadas separadamente, destacando-as no registro de ponto, que permanecerão como HORAS À CRÉDITO para o empregado;

b) A EMPRESA fornecerá mensalmente ao funcionário, o saldo acumulado de horas;

c) Da mesma forma, as correspondentes compensações, mediante a concessão de folgas remuneradas, serão consignadas como HORAS à DÉBITO e assim, sucessivamente, demonstrando a EMPRESA, mensalmente aos empregados, os apontamentos e o saldo existente;

d) Para fins de compensação, as horas corresponderão entre si, na mesma proporção, ou seja, uma hora de trabalho suplementar compensa-se por uma hora de descanso e vice e versa, sem nenhum acréscimo adicional, sem exceder, no prazo de um ano, a soma das jornadas semanais estabelecidas;

e) Caso, excepcionalmente, por necessidade imperiosa, haja necessidade de trabalho aos Domingos ou feriados, as horas trabalhadas nestes dias serão pagas com o adicional de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal.

f) O trabalho em horário extraordinário sujeitam-se à prévia convocação pela chefia/gerência de cada departamento, bem como, o consentimento para a concessão das folgas, que poderão ocorrer mediante compensação nas seguintes hipóteses:

1-Folgas individuais;

2-Folgas coletivas;

3-Folgas adicionais seguidas ao período de férias, individuais ou coletivas;

4-Redução ou alteração da jornada diária.

g) Caso o empregado necessite ausentar-se do trabalho por motivo particular, desde que, justificadas com antecedência e com a anuência da Chefia imediata, as horas de ausência, poderão ser compensadas no sistema de BANCO DE HORAS.

h) As ausências justificadas, como afastamento médico e odontológico, além das faltas legais, não serão compensadas no sistema de BANCO DE HORAS e consequentemente, não serão descontadas.

i) Também e de comum acordo, a empresa poderá conceder folga em determinados dias, especialmente nos denominados " dias pontes", em se tratando de intercalação de feriados com fim de semana, mediante sua correspondente compensação;

j) Fica estabelecido que o saldo de horas, tanto a crédito, como à débito, não deve ultrapassar, acumuladamente, o limite de 40 (quarenta) horas, cabendo a chefia/gerência de cada departamento, a conferência e manutenção deste saldo. Caso este montante extrapole tal limite, as horas que o excederem, serão pagas com o adicional de 70% (setenta por cento) sobre o valor da hora normal, na folha de pagamento do mês em que se verificarem, bem como, também, se for o caso, de eventuais horas a serem descontadas;

k) No caso de Rescisão de Contrato de Trabalho e havendo saldo de horas, estas serão pagas com o adicional de 70% (setenta por cento). Caso este saldo seja negativo, em se tratando de dispensa por iniciativa do empregador, estas horas não serão descontadas, considerando-se como de serviço prestado, nada se compensando de quaisquer verbas rescisórias, exceto, se motivada por pedido de demissão, hipótese que autorizará tal desconto.

l) Em consonância com o disposto no artigo 59 CLT, os horários efetivos de trabalho não poderão ultrapassar o limite de 10 horas diárias, ressalvando-se, neste caso, apenas o horário da Segurança Patrimonial, pela sua peculiaridade, cumprindo-se todas as demais normas pertinentes a duração do trabalho, inclusive, os intervalos intra e entre jornada e a concessão do DSR;

m) Na eventual e excepcional hipótese deste limite de 10(dez) horas diárias ser ultrapassado, em se

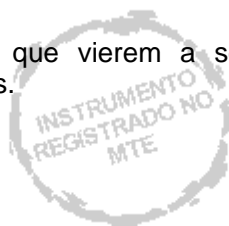


tratando de circunstancia prevista no artigo 61 da CLT - " Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencionado, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto", devendo-se neste caso, conforme determinação do paragrafo 1º deste mesmo artigo, da concretização da competente comunicação à autoridade local em matéria de trabalho, dentro do prazo de 10 (dez) dias.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA QUARTA - DA ADESÃO

A partir desta data, os empregados que vierem a ser admitidos no curso deste ACORDO, obedecerão as condições ora pactuadas.



CLÁUSULA QUINTA - DA JORNADA DE TRABALHO

O horário contratual dos empregados envolvidos é:

- a) Produção e Manutenção: Das 01:00 às 09:00 h, de segunda à sexta feira, com uma hora de intervalo para refeição e descanso, aos sábados entrada na sexta feira às 23:45 às 07:00 h, com uma hora de intervalo para refeição e descanso, perfazendo-se assim as 44 horas semanais, com o DSR aos domingos;
- b) Produção e Manutenção: Das 09:00 às 18:00 h, de segunda à sexta feira, com uma hora de intervalo para refeição e descanso, aos sábados 07:00 às 11:00 hs, compensando-se desta forma o trabalho aos sábados, perfazendo-se assim as 44 horas semanais, com o DSR aos Domingos;
- c) Administração e Laboratório: Das 07:30 às 17:18 h, de segunda à sexta feira, com uma hora de intervalo para refeição e descanso, compensando-se desta forma o trabalho aos sábados, perfazendo-se assim as 44 horas semanais, com o DSR aos Domingos;
- d) Segurança Patrimonial: Das 06:30 às 18:30 hs e das 18:30 às 06:30 h, em turnos fixos, com uma hora de intervalo para refeição e descanso, em regime de escala de folga 12 x 36 horas, trabalhando-se um dia e folgando outro, alternada e sucessivamente, perfazendo-se assim, em média 180 horas mensais/44 semanais/7h 20 m diárias.
- e) Expedição: Das 08:00 às 17:00 hs, de segunda À sexta feira com uma hora de intervalo, para refeição e descanso e aos sábados das 7:00 as 11:00 hs, perfazendo assim 44 horas semanais com o DSR aos domingos;
- f) Expedição e Manutenção: Das 16:46 às 02:00 h, de segunda à sexta feira com uma hora de intervalo para refeição e descanso, compensando-se desta forma o trabalho aos sábados, perfazendo-se assim as 44 horas semanais, com o DSR aos domingos.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

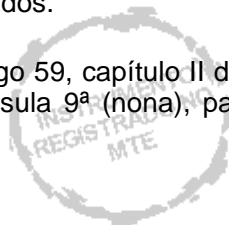
CLÁUSULA SEXTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Considerando que o SINDICATO representa a categoria profissional dos empregados da empresa;

Considerando que a natureza sazonal das atividades da EMPRESA (Alimentação e Nutrição Animal), compreende épocas de pico e retração de produção, por estar inserida no ciclo agro-pecuário nacional, dentre outros, como agente fornecedor de insumos para a produção de proteína animal, sejeitando-se aos períodos característicos de entressafra, não permitindo, por conseguinte, que haja uma regularidade produtiva no mês durante o ano civil;

Considerando ainda, que é do interesse das partes adequar a capacidade produtiva da EMPRESA, otimizando a utilização de suas instalações e a disponibilidade de mão-de-obra, em atendimento às necessidades dos clientes, propiciando mecanismos de preservação do emprego e de melhoria nas condições de trabalho de seus empregados.

Conforme faculta o parágrafo 2º do artigo 59, capítulo II da CLT "Da Duração do Trabalho", redação dada pela Lei 9601/98 e ainda, a cláusula 9ª (nona), parágrafo único, da atual CCT, findados no Inciso XIII do artigo 7º da CF.



DISPOSIÇÕES GERAIS

MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA SÉTIMA - COMPETENCIA

Será competente a Justiça do Trabalho nas respectivas varas da comarca de Campinas-SP, para dirimir quaisquer divergências na aplicação do presente acordo coletivo de trabalho.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA OITAVA - DA ABRANGÊNCIA

Este ACORDO abrange todos os empregados da EMPRESA sujeitos ao controle de ponto e subordinados a horário de trabalho.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA NONA - MULTA

Multa de 10% do valor do salário normativo, por infração, em caso de descumprimento deste acordo, revertendo o seu montante em favor da parte prejudicada.

MELQUIADES DE ARAUJO
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO DE CAMPINAS (SITAC)

JOSE RICARDO COSTA
PROCURADOR
MOGIANA ALIMENTOS LTDA

